



A CRISE DE EXTINÇÃO? COSMOPOLÍTICAS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO NORTE AMAZÔNICO BRASILEIRO

The extinction crisis? Cosmopolitics and biodiversity conservation in the Brazilian Amazonian North

Felipe Vargas¹

RESUMO

A contribuição deste artigo responde ao desafio lançado de estabelecer aproximações. Neste texto, exploro os contornos da problemática que eclode com as pesquisas em conservação da biodiversidade no norte amazônico a partir da dimensão temporal encapsulada na relação, *in situ*, entre pesquisadores das ciências biológicas e indígenas (etnias dessana e macuxi) que habitam no interior ou nos arredores de dois sítios de coleta científicos: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de São João do Tupé, Manaus/AM, e a Estação Ecológica de Maracá, em Alto Alegre/RR, em 2014 e 2015. Se um dado biológico se fabrica junto às constrições de tempo da pesquisa, sejam elas planejadas ou imponderáveis (climáticas, logísticas, financeiras, pragmáticas, etc.), o encontro de perspectivas permite outra experiência de tempo. A análise se orienta por indícios que sugerem, no mínimo, dois eixos de aproximação: a relação entre os instrumentos científicos, os corpos e habilidades na produção dos dados biológicos e a relação entre a produção desses últimos e os efeitos (cosmo)políticos do encontro de perspectivas a campo. Ambos são atravessados pela dimensão temporal e, disso, resulta uma reflexão especulativa em torno da dimensão epistemológica da produção de conhecimento sobre a biodiversidade brasileira e também da eclosão de uma crítica potente ao modo de relação entre biodiversidade e sociedade e ao que se chama “crise de extinção”.

Palavras-chave: Conservação; Biodiversidade, Entre-saberes, Cosmopolítica; norte amazônico brasileiro.

ABSTRACT

This paper explores some lines of a problem that emerges with the research on biodiversity conservancy in the North Amazon, taking it by its temporal dimension encapsulated in the relation, *in situ*, between researchers of the biological sciences and

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - UFRGS. Endereço Eletrônico: fvargas85@gmail.com

indigenous peoples (ethnic groups of *dessana* and *macuxi*) who live in or around two scientific research sites: the São João do Tupé Sustainable Development Reserve, Manaus/AM and the Maracá Ecological Station in Alto Alegre/RR throughout 2014 and 2015. If a biological data is produced together with the time constraints of the research, whether they are planned or not (climatic, logistic, financial, pragmatic, etc.), the perspectives encounter suggest another experience of time. The analysis is guided by evidence that suggests at least two axes of approximation: the relation between scientific instruments, bodies and abilities in the production of biological data, and the relation between this production and the (cosmo)political effects of the encounter of different perspectives. Both are analyzed in their temporal dimension. This results a speculative reflection on the epistemological dimension of the production of knowledge about Brazilian biodiversity and the emergence of a powerful critique of the relationship between the environment and around what has been called the "crisis of extinction".

Key words: conservancy; biodiversity; in-between knowledge; cosmopolitics; Brazilian north-Amazon basin.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo investe nos contornos de uma “especulação pelo mundo”, partindo especificamente do encontro de saberes que eclode durante pesquisas científicas em conservação da biodiversidade realizadas no norte amazônico brasileiro. É importante dizer que tal especulação não é aquela que desnuda a realidade ou o contexto social específico sobre o qual se debruça, mas que “corre o risco de introduzir um possível, uma dimensão suplementar, dimensão que é pertinente ao permitir que se coloquem questões de outro modo, deslocando os problemas,

complicando as posições” (STENGERS, 2002, p. 30, tradução minha).

Sendo assim, parto de alguns indícios empíricos obtidos a campo, ao longo da realização de estudo de doutorado, entre 2013 e 2017, quando acompanhei, etnograficamente, a relação de saberes entre comunidades locais e pesquisadores da área das ciências biológicas *lato senso*¹, no que tange ao tema da conservação da biodiversidade no norte amazônico brasileiro, para sugerir a presença de um cenário complicado no qual coexistem práticas e formas distintas de pensar sobre e se relacionar com o ambiente². O recorte

¹ Entendo aqui por ciências biológicas *lato senso* o conjunto de formações institucionais (de pesquisa, extensão ou gestão) que carregam no seu cerne uma relação direta com o estudo da relação entre biota e abiota em suas múltiplas facetas e que ganham sua inserção a partir de um traço epistemológico comum, a “natureza objetiva” (DASTON; GALISON, p.55-113, 2002). Nesse sentido, busco abranger, porém não de modo exaustivo, a biologia, a ecologia, a geografia, a bioquímica, a engenharia florestal, a engenharia ambiental, dentre outras.

² A pesquisa de doutorado analisou a relação de saber entre pesquisadores do PPBio/INPA e os chamados “auxiliares de campo”, os quais, em todas as localidades visitadas, são ribeirinhos ou indígenas – estes

aqui apresentado abrange, mais especificamente, o período de outubro e novembro de 2014 e os meses de junho e julho de 2015.

No ano de 2014, detenho-me no encontro entre cientistas, na sua maioria biólogos, que participavam do “Curso de técnicas de campo para monitorar a biodiversidade e socioeconomia para projetos de conservação”, realizado, em parte, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de São João do Tupé (RDS Tupé), no rio Negro, Manaus/AM, com membros da comunidade dessana que habitam a RDS. O Curso foi promovido e ministrado pela *Wildlife Conservation Society* (WCS) e pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade Amazônica (PPBio), vinculado diretamente ao, hoje, Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e abrigado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Em 2015, acompanhei diversas saídas de campo do PPBio em seus sítios de pesquisa, dentre os quais a Estação Ecológica de Maracá (ESEC), localizada no município de Alto Alegre/RR e entrecortada pelo rio Uriracoera, por

propriedades rurais privadas e pelas comunidades que fazem parte da região do Taiano, em especial pela Terra Indígena do Boqueirão (TI Boqueirão). Nessa última, de maioria macuxi, vivem os indígenas que trabalham com o PPBio como auxiliares de campo. Para este texto, atenho-me às saídas de campo de um estudo sobre *barcoding*³ de espécies madeiráveis promovido pela União Europeia (UE) e que utilizou a infraestrutura da Estação e da grade de pesquisa do PPBio.

De modo geral, o presente texto tem como objetivo central analisar o modo como o tempo se faz presente na relação entre cientistas, direta ou indiretamente vinculados ao PPBio, e as comunidades locais no momento em que tal encontro ocorre. Mais concretamente, o foco da análise se dirige a dois momentos: primeiro, àquele no qual a dimensão temporal emerge como crítica ao modo de produção do conhecimento científico “dos brancos” e, segundo, àquele no qual a dimensão temporal se conecta aos modos por meio dos quais cientistas e indígenas trazem, *in situ*, seus conhecimentos adquiridos sobre

últimos, majoritariamente das etnias macuxi e wapichana. Tais modos de relação se orientaram, dentro do escopo maior da pesquisa, em torno da produção do desejo de conservar a Amazônia e a necessidade de produzir informações, assertivas, verdades, isto é, crenças a respeito da

importância da biodiversidade. Foi com base nesse viés que os dados então produzidos foram analisados (VARGAS, 2017).

³ Rastreamento genético.

árvores, mamíferos, insetos, relevo, pedras, etc., na tentativa de fabricar afirmações sobre o que é ou o que compõe a biodiversidade amazônica (quantas espécies de marupás ou ipês se encontram em uma localidade particular; quantas espécies de borboletas existem em dada região; se a floresta está crescendo e produzindo energia; comportamentos e padrões de caça de onças; regimes de chuva, etc.). Esses dois momentos permitirão, mais adiante, uma discussão pontual em torno da problemática da chamada “crise de extinção”.

Ao longo dos anos de 2014 e 2015, o registro ora utilizado se fez possível com a circulação pelos estados do Amazonas e de Roraima sem lugar fixo, ainda que algumas localidades tenham adquirido maior centralidade. Entretanto, quero ressaltar, para além da natureza itinerante da pesquisa e da singularidade das cidades, comunidades, unidades de conservação e dos sítios de levantamento de dados, o fato, inescapável a qualquer pesquisador que se aventure com o método etnográfico, de que falar de uma relação de saberes é também falar (ainda que tangencialmente) dos modos de vida nos lugares, do estilo de pensamento das pessoas, dos investimentos de desejo, das sensibilidades que eclodem nos

corpos em contato, das formas de organização política. Como salienta Marilyn Strathern,

A etnografia, esta espécie de registro compreensivo que reúne tudo em seu interior, encoraja o pensamento de que não se pode prever, no começo de uma investigação, para onde ela conduzirá ou o que ela revelará relevante a ser exposto. Ela também encoraja o observador a não especificar por completo, antecipadamente, onde encontrar os correlatos e as condições daquilo que se observa e, com isto, confrontar as imprevisibilidades da vida social (STRATHERN, 2000, p.44, tradução minha).

Em outros termos, todo o esforço de investigação, em particular com o uso da etnografia, resume-se a realizar um trabalho de pesquisa sobre uma realidade que não cabe no próprio trabalho. Disso, decorre que o pesquisador precisa redobrar sua atenção em termos metodológicos, posto que, para além de procurar as maneiras de reunir toda informação que a realidade empírica lhe apresenta, deve contar, narrar, relatar os imprevistos, ou seja, os desvios, os deslocamentos (corporais, geográficos e epistemológicos) que foram acontecendo ao longo desse investimento. Isso, ademais, sem recair por completo em uma “autoanálise”, mas, sim, tentando estabelecer com seus interlocutores aquilo que Strathern (1991) chamou de “conexões parciais”, isto é, indicar os contornos das semelhanças e diferenças

que tornam inteligíveis e coerentes (nunca por completo) as lógicas subjacentes ao modo como uns e outros agem como agem, pensam o que pensam, sentem o que sentem. Como parte dessa metodologia, assumindo a qualidade itinerante da pesquisa, utilizei caderno de campo, máquina fotográfica e as próprias sensações marcadas no próprio corpo como forma de registro dos dados.

Nesse sentido, um dos cuidados com a etnografia foi “evitar conexões discursivas” que criem, no leitor, a ideia de que há uma conexão explícita, concreta, entre dois ou mais contextos de estudo, “pois, o que as localidades aqui apresentadas têm em comum, ainda não necessariamente aconteceu” (STRATHERN, 1999, p. 163, tradução minha). O exercício analítico, assim, volta-se para criar abstrações que não englobem a realidade como total, mas que se arrisquem a explorar suas singularidades.

Partido desse cuidado, a primeira seção deste ensaio traz o registro de um evento que pode parecer não ter muito a ver com “crise de extinção” e conservação da biodiversidade no norte amazônico brasileiro. Trata-se, como já mencionado anteriormente, do encontro entre biólogos e indígenas dessana em meio ao “Curso de técnicas de campo para monitorar a biodiversidade e

socioeconomia para projetos de conservação” na RDS Tupé/AM. Nessa seção, apresento, de modo sucinto, como a dimensão temporal eclode em meio ao encontro desses agentes e os efeitos pragmáticos (as angústias, as questões, as atitudes) que essa dimensão suscita a campo. Especial atenção é conferida às diferenças que essa dimensão, do ponto de vista dessana, faz pesar na conformação das relações científica e indígena com as plantas e as pessoas alvo de estudos biológicos e/ou sociais.

A segunda seção, por sua vez, traz uma vinheta etnográfica que conta o encontro, no interior de um sítio de pesquisa do PPBio, em Maracá/RR, entre duas engenheiras florestais e um auxiliar de pesquisa macuxi, reunidos com o objetivo de coletar amostras de espécies de árvores amazônicas madeiráveis. Nesse relato, trago, resumidamente, o modo como os instrumentos científicos, os corpos e as habilidades locais se conjugam e, para além de produzirem um dado cientificamente válido, coatualizam os saberes ali postos em ação (INGOLD, 2010). Uma zona de *entre-saberes* vai, assim, recolocar as reflexões sobre a temporalidade das práticas de produção de dados sobre a biodiversidade.

Nas considerações finais, trago uma discussão que deriva da

descontinuidade espaço-temporal entre os dois momentos analisados (cada um em uma das seções já mencionadas) e sobre como o tempo, presente em ambos, recoloca algumas nuances da problemática ora retratada. Esta discussão abordará o sensível, ou seja, a produção de um ouvir, de um ver, de um tocar. Não tenho o objetivo de conduzir o leitor para além do texto, indicando, explicitamente, caminhos de investigação a serem trilhados e expandidos ou grandes abstrações

explicativas. A seção final cumpre uma função pragmática, qual seja, a de circunscrever a problemática sobre a qual se almeja refletir, a da conservação da biodiversidade face à “crise de extinção”, atravessando-a com o modo como a noção de cosmopolítica entende a presença do tempo na prática científica (STENGERS, 2003; 2007), e da consequente inscrição dessa última na busca por alternativas à perda cada vez mais acelerada da diversidade biológica.

2. "VOCÊS, BRANCOS, TÊM O TEMPO; NÓS SABEMOS A CAUSA DAS PLANTAS"

O encontro entre Kissibi Kumo (vulgo seu Raimundo), sua comunidade e os estudantes e pesquisadores em biologia, assim como alguns técnicos e gestores em meio ambiente, foi curto. O “Curso de técnicas de campo para monitorar a biodiversidade e socioeconomia para projetos de conservação” teve lugar, durante uma semana, em outubro de 2014, na RDS Tupé. Essa unidade de conservação (UC) de 12 mil hectares, a 20 km de Manaus/AM, subindo pelo rio Negro, foi criada em 2005 (Decreto Municipal n.

8.044/95). Apesar de essa comunidade ali viver desde 1995, não a convidaram para o curso, do qual somente alguns ribeirinhos que ali também viviam participaram⁵.

O Curso era dividido em duas partes, uma mais voltada às técnicas “biológicas” de amostragem, coleta e análise de dados, e outra dirigida às técnicas mais “sociais” de produção dos dados. Na RDS Tupé, a segunda parte estava em andamento. A ausência de membros da comunidade indígena dessana aguçou a curiosidade de alguns

⁵ Há, nessa localidade, alguns conflitos entre ribeirinhos e indígenas. No entanto, fuge ao alcance deste artigo analisá-los.

estudantes, dentre eles eu, e outros pesquisadores, tanto biólogos quanto cientistas sociais, que se ocupavam das palestras e oficinas. Em decorrência disso, decidiu-se que a aplicação das técnicas socioeconômicas de pesquisa – entrevista, observação participante, grupo focal, questionário, etc. – que era, a seu turno, o grande objetivo dessa parte do curso, poderia ser realizada junto com a comunidade dessana, sem que isso acarretasse a exclusão dos ribeirinhos que ali vivam, mas tampouco sem o consentimento prévio dos indígenas. Eu, inscrito como participante do Curso, em pleno trabalho de campo doutoral, compus um dos grupos que se dirigiu à comunidade.

O objetivo se constituía mais em proporcionar uma experiência de pesquisa com técnicas das ciências humanas (e, depois, juntar com as biológicas) para refletir sobre as ações, os modelos de pesquisa e os projetos de conservação da biodiversidade do que em levantar dados propriamente ditos sobre a localidade, os modos de vida ali existentes e sua interação com as práticas de conservação. Todavia, como assim encoraja a etnografia, tudo pode vir a ser relevante, mesmo que não se apresente como tal no início da empreitada (STRATHERN, 2000). Dito de outro modo, o que era um mero “teste” ou uma

simples “experiência” no âmbito do Curso, era, para mim, uma primeira aproximação a campo, ainda que, para qualquer uma dessas perspectivas, os eventos ali não tivessem, de antemão, qualquer centralidade.

Rapidamente, o experimento se converteu em um espaço público de reivindicações por parte da comunidade dessana. Os interlocutores contatados como “cobaías” para as técnicas de socioeconomia expunham, em sessão aberta a todos, o fato de que não eram reconhecidos como moradores legítimos da ilha, que as pesquisas chegavam prometendo parcerias que nunca se concretizam e que não há diálogo entre eles e os gestores locais do ICMBio, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e outros órgãos do governo.

De minha parte, antes mesmo dessa tomada de fala por parte da comunidade, outro efeito inesperado desse encontro se apresentou. O que era uma primeira aproximação a campo se converteu em um cenário problemático. O grupo no qual me inseri decidiu realizar uma entrevista semiestruturada com seu Raimundo, e o roteiro de perguntas foi previamente esboçado. Cada um de nós ficou responsável por um pequeno bloco de questões e, no final, deixamos aberto um espaço de conversa, digamos, menos estruturado.

Sentamo-nos em roda, no chão, e Kissibi Kumo, atento e prestativo, respondia a todas as nossas indagações. Em síntese, Kissibi Kumo, o pajé⁶ da comunidade, emigrou do alto rio Negro, na região conhecida como a “cabeça do cachorro”, no estado do Amazonas, quase fronteira com a Bolívia, e trouxe consigo alguns de seus parentes para ali se instalarem, em 1995, segundo o que ele imagina. Algumas famílias ocuparam uma parte do território dessa mesma ilha onde está a RDS. Acontece que o falecimento de seu pai ocasionou uma disputa entre ele e seu irmão mais novo, fazendo-o deixar a antiga terra onde vivia e se deslocar para os arredores de Manaus⁷. Parte da comunidade o seguiu. Hoje, eles vivem “igual, mas um pouco diferente” do modo como viviam lá, comenta o pajé. Ele segue: “a comunidade não dança mais por todo um dia, como faziam lá; não usam as mesmas plantas, mas outras são as mesmas; bebem e comem outras coisas, mas algumas são as mesmas”.

⁶ Pajé é um termo do português que, de modo geral, representa a figura de um líder espiritual de uma comunidade indígena. O termo se encontra igualmente disseminado entre os próprios indígenas, no Brasil, ainda que, em algumas etnias e algumas localidades seu correspondente na língua indígena seja igualmente acionado.

⁷ A notícia do falecimento de Kissibo Kumo encontrou-me de surpresa, em uma tarde de fevereiro de 2018, deixando em mim a sensação

O que é mais curioso, para além do conteúdo das respostas, é a forma como ele respondia às nossas indagações. Ele o fazia em um ritmo que nos soava estranho: nós estávamos ali mediados pela entrevista, instrumento cujo modo de engajamento entre pesquisador e pesquisado cria um ritmo constante, uma série ininterrupta, concatenada, de perguntas e respostas; um toma-lá-dá-cá. No entanto, nosso interlocutor ia e voltava nas respostas, solicitando, muitas vezes, que nós voltássemos a uma pergunta que ele já havia respondido, arriscando, ainda, ele mesmo, reavaliar as perguntas. A sensação que isso criava em nós era a de uma quebra do ordenamento da entrevista.

Sugiro, aqui, que essa quebra é um modo de questionar, do ponto de vista do próprio interlocutor, a pertinência daquele modelo de conversa unidirecional. Não se trata de dizer que, em uma entrevista, isto é, no momento concreto em que a série de perguntas está sendo executada, o entrevistado não

de algo inacabado
<<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-rio-negro/morre-o-paje-dessana-raimundo-kissibi-do-alto-rio-negro-am>>. Dentre as conversas que tivemos em minha estadia na comunidade, ele confessou seu desejo em deixar, “na escrita dos brancos”, os ensinamentos que teve como preparação a pajé, de seu pai, ao longo dos anos em que conviveram na “cabeça do cachorro”.

acabe, muitas vezes, por estabelecer um diálogo com o pesquisador. Algo mais se fez sentir. Trata-se de chamar a atenção para o fato de que “o objeto” interpreta da sua própria maneira o dispositivo que o interroga. Se, ao longo da série, aquela sensação se fazia tímida, ao final da entrevista, a interpretação de seu Raimundo se tornou explícita.

Todos se entreolham, franzem a testa e alguém diz: “bom, então tá, Seu Kissibi, acho que era isso”. E ele responde: “Não, vamos conversar mais”. Alguém retruca: “O senhor tem mais alguma coisa a dizer?”. E ele reforça, outra vez: “vamos conversar mais”. Sem muito entender, minhas colegas e eu nos entreolhamos e dizemos: “é que já está tarde, né”; “é, a gente tem que cruzar o rio e acho que o pessoal está nos esperando lá no curso”; “é, a gente tem que ir”. Seu Raimundo baixa a cabeça, volta o olhar para nós e acrescenta com um leve sorriso no rosto:

Ah, claro, é que vocês, brancos, têm o tempo [ele batia com a mão no pulso, simbolizando o relógio]. Vocês vêm aqui, conversam e depois têm que sair. Em várias ocasiões eu tenho coisas a perguntar, a aprender com vocês, mas para vocês o tempo vem primeiro [risos]. A gente, índio, não. A gente tá sempre aqui. Eu estou sempre aqui. Agora, estou falando com vocês; depois, eu danço e canto; depois, planto, mas vocês, brancos, têm o tempo.

Esse deslocamento de perspectiva faz com que a entrevista se converta no instrumento de expropriação do colonizador. Isabelle Stengers alerta para a estreita e histórica ligação que há entre as ciências sociais (as ciências cameraais, visto que operam, muitas vezes, como um departamento do Estado), em particular a etnologia, a colonização e a modernidade:

É a maneira por meio da qual extração e modernização foram unidas que se cria um problema, que se transforma a questão “o que podemos aprender aqui?” em um princípio julgador que identifica aquilo que foi extraído com aquilo que verdadeiramente importa e faz do resto uma gangue de crenças e hábitos parasitas. (STENGERS, 2015, p. 80, tradução minha).

A sensação que nos toma é de vergonha. E, assim, meio sem jeito, insistimos para que seu Raimundo nos conte alguma história, fale ou pergunte o que queria. O pajé dessana, em vez disso, repetia, em tom bem humorado, “agora deixa, tudo bem”. Mais do que simplesmente denunciar o dispositivo que o interrogava, ele o converteu em outra coisa. Sugiro que seu Raimundo fez, da entrevista, uma conversa dentro da qual se tornou possível que ele formulasse as suas próprias questões, por meio das quais ele pôde fazer-nos um convite. Após uma pausa, ele retoma a

palavra, que reproduzo, aqui, de memória:

Não gosto muito do modo como os pesquisadores, e vocês sendo brasileiros ou não – porque vem muito pesquisador estrangeiro para cá –, assim como os turistas, falam de nós. Parece que vocês nos vigiam com as coisas que vocês falam. Eu queria, na verdade, que vocês me ensinassem inglês e francês para que eu possa explicar na língua dos brancos, como fiz nessa conversa com vocês, o que nós fazemos aqui, como vivemos, essas coisas [...]. Se não for assim, como vocês vão nos entender?

Esse convite, ou a maneira como ele nos coloca suas questões, diz respeito não só às aulas de inglês e francês, mas à possibilidade de experimentar outra temporalidade, uma temporalidade que não se furta ao presente porque se cria a urgência dos fatos por vir. Foi assim que, algumas semanas depois, uma visita minha à casa de Seu Raimundo foi possível. Dentre uma série de acontecimentos que ali ocorreram, pude registrar uma amostra simples da relação que a comunidade estabelece com o ambiente, seus afazeres e seu cotidiano.

Por meio de conversas e observações, há a trama de um tecido social singular. Quando eles se pintam para as danças, eles se pintam; quando comem, comem, não falam muito (ainda

que os mais jovens escapem, por vezes, para ligar a televisão); quando conversam, conversam (seja em dessana, em baniwa ou em português). Era assim, com frases simples, que todos me explicavam seu cotidiano.

Em uma noite, enquanto acendia um palheiro feito de uma mistura de algumas ervas, Kissibi Kumo me convida para uma conversa: “agora o senhor escute. Meu pai, quando nos ensinava as coisas, sempre de madrugada, quando todos dormem, me dizia: ‘escuta tudo e só depois repita pra mim’”. Horas e horas se passaram. Inebriado pela fumaça de seu palheiro, que ele, ao que parecia, fazia questão de soprar sobre mim, esforço-me ao máximo para ouvir sua história, a qual repito, agora, em breves excertos, também de memória⁸.

Certa vez, eu fui convidado para participar de uma aula de biologia na universidade. O professor era muito bom, muito bom mesmo. Sabia o nome de quase todas as plantas que nós usávamos lá na “cabeça do cachorro” [...] algumas não usamos aqui [...] sabia o nome científico e o nome que nós mesmos usamos, sabia até para que serviam. Muito boa aula mesmo. Eu ouvi tudo, sem falar nada. E ele, no final, me perguntou: “ô seu Raimundo, o senhor está aí no fundo, calado, não falou nada...”. Eu disse para ele: “é que eu estava ouvindo o senhor [...] Muito boa a sua aula. O

⁸ Ao buscar meu caderno para tomar nota, seu Raimundo me desencorajou: “escute, eu disse;

vocês brancos não sabem ouvir, é? Sempre com o caderno para anotar as coisas”.

senhor entende mesmo de plantas medicinais. Mas o senhor entende dos efeitos, só dos efeitos, não entende das causas. Nós é que sabemos da origem, da causa, do porquê as plantas surgiram e como elas curam”. Eu disse para ele que isso vem dos tempos onde o tempo não importava, o que contava era onde.

Kissibi Kumo seguiu narrando a história do surgimento do povo dessana, dos homens e das plantas trazidos à terra por Deus (Borika)⁹: “Deus fez uma canoa de cobra, não é uma cobra de canoa, hein! [...] Navegou pelo leito, no fundo dos rios e, em cada ponto que ele emergiu, ele determinou o que ia acontecer”. O pajé seguiu falando sobre onde os homens iriam instalar-se, onde os pajés iriam aprender a ouvir as plantas, a enxergar como as plantas, onde aprenderiam as orações, onde enfrentariam seu inimigo. Cada evento marca um lugar, cada lugar é destinado a uma função¹⁰.

Sugiro que o modo de relação (espiritual?) que os dessana constroem com a lua, os cipós, as folhas, o rio, etc., esses elementos que, de outra sorte, vão compor o conjunto de coisas que se chama biodiversidade, passa pela ausência das constrições do tempo e pela

presença do ordenamento espaço-territorial das coisas e suas funções, desde o mito do surgimento do povo dessana. Não se trata da ausência de uma cronologia, mas, sim, de um tempo que não é propriedade humana, suscetível ao controle: ele é vivido em um espaço que obriga os homens a certos eventos.

O que parece intrigante aqui é a possibilidade de pensar como histórias, eventos e questões que não têm, a princípio, nada a ver com as práticas de conservação propriamente ditas – isto é, com as políticas de gestão, com coleções e bancos genéticos, com a execução de pesquisas *in situ*, cuja finalidade seja inventariar a diversidade das formas de vida, sua ecologia, suas diferenças e hierarquias – podem converter-se, de modo inesperado, em indícios que deem algum testemunho sobre a perda acelerada da biodiversidade. De início, posso sugerir que esses fragmentos da crítica dessana ao “tempo dos brancos”, isto é, ao fato de que os brancos têm o tempo, tornam explícita a presença dessa dimensão em nossas atividades, sejam elas quais forem. No caso da problemática aqui referida, a atividade científica também desnaturalizou a

⁹ Kissibi Kumo menciona, igualmente, a criação do mundo por Yebá bëlló, uma mulher que deu luz à existência no meio das sombras. Mas, aqui, ele retrata o momento em que os dessana surgem no Brasil.

¹⁰ Os lugares eram muitos e, hoje, sobrepõem-se a cidades muito importantes no Amazonas: Manaus, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira.

dimensão temporal ao chamar atenção para o desaparecimento massivo e progressivamente acelerado de diversas espécies do planeta. Ambos, portanto, escancaram a importância do fator temporal. Ainda assim, há, entre elas, uma diferença sutil: do ponto de vista da biologia da conservação, o desafio é “correr contra o tempo”, enquanto, sob a perspectiva dessana, é a própria noção de tempo que é posta em questão.

De que modo essa perspectiva poderia fornecer pistas sobre a maneira pela qual a ideia de conservação da biodiversidade se constitui? O que seria, daí, a “crise de extinção” que nossos cientistas dizem estarmos vivendo? Para enfrentar essas questões, é preciso registrar a maneira pela qual “ter o tempo” se inscreve na construção do conhecimento científico sobre biodiversidade.

Para tanto, um exemplo concreto da relação entre saberes de ordens distintas é oferecido ao leitor. A seção exige, todavia, uma ruptura espaço-temporal. O ano é 2015, a localidade se situa no rio Uriracoera, em Roraima. No que segue, trago as circunstâncias por meio das quais um dado científico é produzido, no meio da mata, em um sítio de pesquisa, no momento em que biólogos e indígenas utilizam seus conhecimentos para determinar a espécie

de uma árvore ou a localização exata onde tal espécie ocorre. Essas circunstâncias indicam, por um lado, a presença da dimensão temporal em diversos momentos da pesquisa: desde o planejamento, passando pela operacionalização do método e pela fabricação dos dados. Aí, “ter o tempo” é uma constante, ainda que sem garantias, posta em operação. Contudo, por outro lado, há um momento, uma brecha, em que o tempo não é contabilizado senão como atualização recíproca dos conhecimentos postos em prática mata adentro. Será preciso, então, falar de corpos e habilidades em ação (INGOLD, 2012).

É este jogo entre “ter o tempo” e “estar presente” em um lugar onde os homens são obrigados a certos eventos que permite alavancar a discussão em torno da noção de cosmopolítica (STENGERS, 2003; 2007). Para isso, sirvo-me novamente de relatos etnográficos a campo. Neste caso, trata-se da parceria entre duas engenheiras florestais e um auxiliar de campo macuxi que se reuniram, dia após dia, durante duas semanas, para coletar amostras de árvores madeiráveis com a finalidade de, mais tarde, rastrear sua origem exata, identificar a população vegetal correspondente e monitorar seu estado de conservação.

3. INSTRUMENTOS, CORPOS E HABILIDADES NUMA ZONA DE ENTRE-SABERES

A Estação Ecológica de Maracá está localizada a 200 km de Boa Vista, na região Norte do estado de Roraima, entre os municípios de Alto Alegre e Amajari, no sentido da fronteira do país com a Venezuela. Foi uma das primeiras áreas de proteção ambiental criadas no Brasil, em 1981, pela, então, Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) daquele estado. Compreende, hoje, 103.518 hectares inseridos em uma paisagem florestal fragmentada por rios e ilhas. Essa UC consta, igualmente, desde 2005, no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e seu lugar de destaque para a biodiversidade amazônica está ligado ao primeiro e maior levantamento de dados sobre o tema (realizado em uma só e gigantesca campanha mata adentro), feito pela *Royal Geographical Society* (RGS) e pelo INPA, em parceria com a SEMA, entre os anos de 1986 e 1988. Esse estudo ficou conhecido como Projeto Maracá.

Devido a um vasto conjunto de dados sobre a área oriundos desse Projeto, ali se instalou a terceira grade completa de pesquisa do PPBio, no ano de 2006. Trata-se, literalmente, de um

conjunto de seis trilhas leste-oeste entrecortadas por seis trilhas norte-sul, todas de 5 km de extensão, formando um sistema de 30 parcelas permanentes (as unidades amostrais) em uma área de 25 km². Todas as trilhas possuem uma marcação numérica que as identifica (LO 01, NS 01, e assim por diante), bem como marcações de distância a partir do ponto zero, qual seja, o ponto da grade que dá acesso à trilha principal que leva os pesquisadores para fora do sítio. As rotas de saída podem seguir em direção à sede da Estação, a uma rodovia ou à margem de algum rio, dependendo do meio (carro, embarcação, avião de pequeno porte, etc.) pelo qual se chega à localidade onde está instalada a infraestrutura de pesquisa.

As pesquisas que ali ocorrem contam com o apoio institucional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Quatro etnias indígenas habitam no entorno da ESEC: yanomami, wapixana, macuxi e saporá. A relação entre essas etnias e os pesquisadores é, portanto, de longa data.

Os levantamentos de dados que ali ocorrem são variados, tanto no que tange ao objeto (inventário de mamíferos ou de insetos; estruturação do solo; produção de biomassa, etc.) quanto no que se refere ao método: por vezes, segue-se o método de inventário da biodiversidade do PPBio, o RAPELD – *Rapid Assessment System in Long Term Ecological Research*; por vezes, só se utiliza a estrutura da grade que o RAPELD cria; ou, eventualmente, segue-se um método independente. No presente caso, faço uso da visita de duas engenheiras florestais à ESEC cujo objeto de estudo se referia às populações de árvores madeiráveis na Amazônia – para isso, seu método se utilizava da grade RAPELD. Essas pesquisadoras estavam viajando pelo Brasil (o projeto abrangia toda a região amazônica da América Latina), em diferentes pontos, coletando amostras do câmbio¹¹ de sete espécies (pará-pará, marupá, ipês, andiroba, roxinho, jatobá e cumaru).

O estudo faz parte de um Projeto da União Europeia, em especial do governo alemão, em parceria com o Banco Mundial e outras organizações, inclusive, da América Latina. O objetivo geral do projeto é subsidiar políticas de conservação da biodiversidade, isto é, de

monitoramento e controle do uso potencial da floresta, seja para pesquisa, turismo ou exploração comercial, por exemplo, da madeira que é exportada à UE.

Segundo uma das pesquisadoras, trata-se de um grande projeto que se estende por toda a região amazônica, para além do Brasil, ainda que esse país seja o alvo de maior atenção por conter, em seu território, 67% da cobertura vegetal da Amazônia. O trabalho visa obter e armazenar informações geográficas e genéticas sobre as populações biológicas das espécies referidas em um banco de dados do governo europeu. Em posse dessas informações, a UE e seus parceiros poderão, conforme narra uma das engenheiras, “subsidiar políticas de controle e gestão da floresta, ou seja, será possível aferir se determinada árvore é oriunda de um local onde sua extração e seu corte sejam submetidos ao escrutínio técnico e político, isto é, se há a implementação de métodos de manejo, assim como se existe, ou não, alguma política pública de monitoramento”.

Não há uma parceria direta entre esse projeto e o PPBio ou mesmo com o INPA. Todavia, conforme referido anteriormente, essa pesquisa se utiliza da

¹¹ O tecido vegetal interno da casca.

infraestrutura metodológica do PPBio, a grade RAPELD, já que esse método tem, dentre muitas, a função de padronizar os dados, visto que responde às particularidades de um mesmo sítio (ao relevo, principalmente) e também se replica em todos os sítios de investigação, e a de facilitar a logística de localização, o deslocamento e a coleta de materiais biológicos no interior da floresta. Ademais, essas facilidades são relevantes para, posteriormente, a análise das informações de modo ordenado e sistemático, “criando um banco de informações para a conservação e manejo sustentáveis”, segundo Bá e Lu (as pesquisadoras).

De início, elas teriam uma semana para coletar amostras de 30 indivíduos de cada uma das espécies, abrangendo o máximo de pontos de distribuição dentro da grade do PPBio. Obviamente, tudo depende do padrão de distribuição dessas espécies dentro da floresta. Munidas de informações da ecologia dessas árvores, elas sabem, por exemplo, que marupás e pará-parás costumam ocorrer perto umas das outras, pois o sistema de dispersão e reprodução dessas espécies é pela queda do fruto e, em certas ocasiões, pela dispersão de pequenos roedores que não ocupam um território muito extenso. Já ipês, a seu turno, costumam espalhar-se mais,

porquanto suas sementes são dispersadas não só pela fauna, mas pelo vento.

A pesquisa precisava ser realizada em uma semana, basicamente, porque, como me informaram, esse é o prazo compatível com os gastos que o Projeto cobre. Por certo, Bá e Lu tinham alguma margem de manobra, e era possível manejar o orçamento. Podiam, por exemplo, ficar mais dias em um sítio no Brasil, o que poderia ser compensado ficando menos dias em outro; de outra sorte, gastar em pesos bolivianos gera economia em reais (pelo câmbio mais propício); firmar parcerias institucionais, por exemplo, salva os fundos destinados à locação de transporte. Em Maracá, é costume que o ICMBio forneça apoio logístico (transporte e hospedagem) para as pesquisas. De todas as formas, o levantamento dos dados sofre os efeitos desses prazos.

O único elemento que se fazia praticamente indispensável para a boa execução de seu trabalho era a contratação de um assistente de campo local. Isso se deve, basicamente, porque esse tipo de agente agiliza o trabalho. Nesse caso, na ESEC, segundo elas mesmas comentam: “por isso é que nós escolhemos o Ricardinho. Falaram para nós que ele é rápido, que ele conhece a ilha e que ele já trabalha há 15 anos com pesquisa”. Ricardinho é o “auxiliar de

campo”, com efeito, mais requisitado dos arredores. Ele mora na Comunidade do Boqueirão, que faz divisa com a ESEC, e é da etnia macuxi, a de maior contingente populacional de Roraima. Sua longa trajetória com pesquisa, critério quase global de mensuração de expertise, faz dele o nome mais conhecido na região e um dos quais mais conhece a região.

De início, no primeiro contato cara a cara que eles estabeleceram, Bá e Lu mostraram a Ricardinho alguns encartes plastificados, com fotos coloridas da árvore, da folha e do fruto que elas buscavam, incluindo os nomes científicos e populares de cada espécie. Ele as identificou: “conheço todas essas sim, mas ó, duas delas tem aqui não [...] é, andiroba e cumaru. As outras têm tudinho”. O auxiliar também indicou, no mapa do qual as pesquisadoras estavam munidas, os pontos onde cada espécie ocorre mata adentro, todos dentro da grade RAPELD.

Para não criar um relato demasiado longo, passaram-se mais ou menos quatro dias de idas à grade sem que se completassem os 30 indivíduos das espécies que precisavam ser coletadas. No total, amostras de aproximadamente 60 árvores haviam sido coletadas. As projeções que Bá e Lu haviam feito indicavam que o ritmo

precisava ser de 40 indivíduos por dia. Isso fez com que elas, já aflitas, questionassem se Ricardinho tinha sido a escolha certa.

Dentre alguns fatores, o ritmo com o qual esse auxiliar de campo e elas trabalhavam era um pouco diferente. Ricardinho caminhava devagar; por vezes, escapava das trilhas, embrenhando-se entre as árvores. Bá e Lu caminhavam, com efeito, ainda mais devagar, porquanto necessitavam, a todo instante, dividir o olhar entre o chão da trilha, as marcações da grade, os encartes com a identificação de cada uma das espécies, as copas e os troncos das árvores na tentativa de fazer corresponder o que elas viam nas fotos com aquilo que viam a olho nu, no meio da floresta.

Isso indica, ademais, que o ritmo com o qual se realiza uma pesquisa em conservação da biodiversidade, no interior da floresta, obedece, também, à diferença da lógica de saber que atravessa cada um desses agentes a campo. Para as engenheiras florestais, o guia de identificação botânica se fazia imprescindível. Mais: arrisco dizer ao leitor que nem mesmo um botânico treinado teria habilidades capazes de impor à pesquisa, nessas circunstâncias, um ritmo mais rápido do que aquele de Ricardinho. Isso porque, em primeiro

lugar, engenheiros, botânicos e, evidentemente, cientistas sociais, vivem à sobra dos prazos institucionais, prazos que engendraram, após o quarto dia, uma desconfiança quanto à escolha de Ricardinho. Ademais, em segundo lugar, o olho de um cientista, seja ele da área que for, é treinado em meio a um ambiente radicalmente diferente daquele no qual o olho de um indígena é treinado. Não me refiro, de modo algum, somente ao ambiente físico. Refiro-me, neste momento, ao ambiente como um agenciamento, isto é, um conjunto de materiais, instrumentos, sensatividades, gestos e enunciados que se coproduzem no instante em que são acionados¹².

Tudo isso sem mencionar que, em junho de 2015, a seca ainda tomava conta da região do norte amazônico. Normalmente, relataram-me os macuxis mais antigos, em visitas que fiz frequentemente a TI Boqueirão, “em maio a chuva já vem”, mas, naquele ano, “o tempo”, isto é, o clima chuvoso, demorou mais tempo para chegar. Sendo assim, não era de grande serventia o catálogo de fichas encadernadas que Bá e Lu portavam consigo, posto que muitas

árvores estavam, nesse período, sem frutos, flores e folhas.

Por decorrência desses fatores, logo nos primeiros dias, a dinâmica e o método da pesquisa sentiram a necessidade de ajustes. Contudo, tais ajustes ou, dito de outra forma, a acomodação dessas variáveis, não se deu sem dúvidas e hesitações. Quando Ricardinho apontava a presença de um ipê, as engenheiras florestais duvidavam. Olhavam seus encartes botânicos, olhavam para a árvore, até apalpavam seu tronco, mas, no fim das contas, deixavam-na para trás. Elas buscavam, no mínimo, a presença de algum fruto. Isso se deu até que elas resolveram tirar outra prova: fazer a coleta propriamente dita, extraindo amostras do câmbio com um trado de mão e uma marreta, verificando o estriamento do tecido vegetal da espécie por meio de uma minilupa. Com o trado, extraíam três discos do tamanho de uma moeda de um real (mais ou menos 2 cm de diâmetro) por árvore. “É verdade, é um ipê. Como ele é diferente em relação aos demais locais que visitamos”, comentam ambas as engenheiras. O procedimento de extração do material passou a ser,

¹² O termo agenciamento, aqui, vem, certamente, emprestado de Deleuze e Guattari (1980). Contudo, não estou empregando-o com todo o seu rigor conceitual. Mais adiante, o leitor verá

que o sentido dado a esse termo está vinculado às condições que permitem o desenvolvimento de certas habilidades mata adentro.

também, método de reconhecimento da espécie. Esse fato abre uma pequena inserção analítica no relato.

Sem a presença de Ricardinho, seria muito difícil encontrar ipês. Auxiliar de pesquisa há 15 anos, ele se localiza de olhos fechados mata adentro. Ademais, ele conhece e reconhece os ipês facilmente, de olhos bem abertos, isto é, por meio da visão a olho nu. Sua presença é, portanto, essencial. Ainda assim, o critério local (indígena?) de identificação não é suficiente diante da necessidade de validação científica. Hesita-se: “tem certeza, Ricardinho?” é o enunciado que daí deriva. Sem os instrumentos e equipamentos seria, também, muito difícil encontrar ipês. Cada série das operações pragmáticas não invalida uma à outra, elas se conjugam. Nenhuma, tampouco, é mais precisa, refinada ou aprimorada do que a outra. O leitor diria: “mas poder olhar para as estrias do tecido vegetal interno ao tronco, no câmbio de uma árvore, requer técnicas e tecnologias muito primorosas, avançadas!”. Eu contestaria: e encontrar ipês a olho nu em meio a milhões e milhões de árvores selva adentro, não?

Em um dado momento, enquanto caminhávamos, perguntei a Ricardinho:

F: Ô, Ricardinho, como é que tu identifica os ipês?

R: Eu te mostro, já. Já vi dois, três ali atrás [...] tá vendo que a folha tem um formato assim... é... pequena assim, recortada... meio cheia de curvas? Vê como elas se espalham nos galhos?

F: Ah?!? [Exalo com um leve sorriso de desentendimento]

R: Tá vendo que o verde dela é um verde diferente, mais clarinho?

F: Ah, tá, né, Ricardinho! [Retruco em tom irônico, até meio debochado, mas também surpreso]

R: Ué, não sabe ver, não? [rindo]

Aparentemente, não. Ou melhor: o câmbio de uma árvore formado por micro pontinhos esbranquiçado-transparentes, Bá, Lu e eu sabemos enxergar; já o verde clarinho das folhas que pertencem aos, ou compõem, Ipês, não. Pergunto-me se ele pode ver as estrias do câmbio quando as engenheiras lhe mostraram o material.

Tim Ingold (2010) problematiza a transmissão de representações em termos de uma “educação da atenção”. O autor cria uma distinção básica entre informação e conhecimento, que, em parte, interessa-me aqui. É por meio dessa distinção que ele chega à categoria das “habilidades”. Enquanto informação se refere a algo como uma expectativa dirigida ao passado, conhecimento é algo cuja execução é dirigida ao presente. Seus exemplos, cozinhar uma receita e laçar uma rena, constroem a analogia que expressa a diferença: no primeiro, espera-se que a pessoa que lê uma receita seja capaz de reproduzi-la, tendo em

vista que tal prática dialoga com experiências anteriores da mesma (derreter manteiga); no segundo, há todo um ajuste corporal feito no ato de laçar que responde diretamente ao mundo circundante sob contato. Porém, não está em questão reduzir os atos de cozinhar e laçar àquela diferença: seguir a receita escrita e seguir as instruções faladas de um perito em capturar renas (informação) “abre caminho para o conhecimento”, à medida que, “colocada no contexto das habilidades adquiridas”, ou seja, enquanto sendo executada, a ação é conhecimento que eu mesmo construí, seguindo os mesmos caminhos dos meus predecessores e orientado por eles. Uma espécie de “redescoberta orientada” (INGOLD, 2010, p. 19).

Ingold (2010) nos encoraja a pensar no cotidiano, nas continuidades, como seu próprio exemplo menciona, em derreter manteiga, laçar uma rena, realizar uma etnografia. Cada uma delas, dentro das suas especificidades, aciona nos sujeitos essas habilidades corpóreo-sensitivas que indicam a existência de agenciamentos singulares que não podem ser entendidos simplesmente como o contexto no qual uma ação se desenrola, tampouco como uma ordem cronológica de ações: trata-se de corpos em relação ao tempo presente, seja um homem, uma colher de pau, um livro de

receitas, a termodinâmica e a manteiga, sejam duas mulheres, pesquisadoras, um macuxi, lupas, trados, marretas, facões, olhos e cores: em maior ou menor grau, tudo pode vir a ser relevante para a exposição, para o texto do cientista social.

Foi assim que, a partir do sexto dia de empreitada, a pesquisa deslanchou – ao menos no que tange à amostragem de ipês (e também de roxinhos e jatobás, árvores que não impunham grande dificuldade à equipe). Já no que toca aos marupás e pará-parás, uma dificuldade havia sido instalada: quase a metade dos marupás (família *Simaroubaceae*) que Ricardinho encontrava não conferia com a espécie que as pesquisadoras precisavam, porque o tecido interno (câmbio) não correspondia com o que as engenheiras conheciam como sendo a espécie-alvo. Não só o estriamento do tecido vegetal diferia de um exemplar para outro, como, por vezes, ele também se confundia com o próprio pará-pará. A cada exemplar que Ricardinho indicava, portanto, havia três possibilidades: ser o marupá que elas necessitavam; não ser esse tal marupá; ser o pará-pará que elas queriam. Para o auxiliar, a distinção entre os dois marupás e o pará-pará era nítida, restando a dúvida relação aos dois possíveis marupás. Nem ele, nem elas esperavam essa surpresa.

Além disso, esse imprevisto se conjugava com uma série de outros elementos que desafiavam toda pesquisa na Amazônia. Com o passar dos dias, as pesquisadoras foram sentindo o cansaço que o ato de caminhar mata adentro lhes impunha. Com efeito, o chão é cheio de subidas e descidas, pedras, raízes de árvores que se colocam no meio do caminho, folhas que escondem o chão e demandam do olhar o cuidado com animais como cobras, que se camuflam entre tons de verde, amarelo e vermelho. Isso sem falar dos encontros com caí-titus (porcos do mato), que, em bandos de mais de 50 animais, podem converter-se em perigo à própria vida do pesquisador. Era nessas circunstâncias, caminhando cerca de 10 km a 12 km por dia, das 7h às 16h, extraíndo amostras de dezenas de árvores, que se fez necessário readequar o ritmo e as estratégias metodológicas.

Devido a essa sensação de cansaço, Bá e Lu decidiram caminhar menos e, com isso, estender sua estadia por alguns dias. Pediram a Ricardinho, também, que ele raspasse a parte mais externa do tronco dos marupás e dos pará-parás, árvores cuja casca é bastante dura e difícil de ser penetrada pelo trado e pela marreta, para que elas pudessem chegar ao câmbio mais facilmente, evitando, assim, a fadiga extrema e reservando-se para os próximos dias na

ESEC e para o que restava da pesquisa, isto é, a ida às demais localidades a visitar.

No sétimo dia, Ricardinho começou a raspar o tronco da árvore com o facão, disse “é não, esse é o outro marupá” e saiu andando. Ele fez isso em mais duas ou três árvores, sem deixar qualquer tempo de sobra para que elas fizessem, elas mesmas, a verificação da espécie pelo método de identificação do estriamento vegetal. Não tardou para que as pesquisadoras lhe perguntassem: “ô Ricardinho, a gente tem que conferir. Como é que tu sabe que não é aquele outro lá que a gente não precisa? Tu nem sabia que tinham dois marupás aqui!”.

O macuxi aguardou que elas, então, fizessem o reconhecimento. “É... é aquele outro mesmo”, diz Lu. Ricardinho, nesse instante, comentou: “é, né... esse marupá aí tem uma casca mais dura... assim... é... mais farelenta, né [...] até a zoada da batida é meio assim... sei não”. O critério técnico-científico – a verificação do estriamento vegetal a partir do câmbio – já havia instaurado uma diferença (alguns marupás interessam, outros não). Contudo, devido à dureza do tronco dessa árvore, Ricardinho tinha que prepará-la para a coleta, raspando a casca com o facão. A repetição dessa ação, ao longo dos dias, posso sugerir, é uma

“redescoberta orientada” de um tipo bastante particular, posto que não se trata de “habilidades adquiridas” (INGOLD, 2010) por meio da cópia ou da imitação, tampouco por meio da reapropriação de uma prática antiga, mas por decorrência de um vetor radicalmente distinto, qual seja, a conjunção de séries pragmáticas e ordens de saberes distintos em um agenciamento sensitivo *ao presente*.

Chamei essa conjunção de *zona de entre-saberes*.¹³ Não se trata de afirmar que, ali, há uma harmonia entre as habilidades e os saberes postos em ação ou que Ricardinho, Bá, Lu (e eu) gozam de uma simetria de posições no agenciamento-mata. Não se trata, tampouco, de desnudar a causa originária do ato de conhecer. Quero simplesmente sugerir duas coisas. Primeiro, que há uma primazia do lugar. Estar na mata, na cidade ou dentro de um laboratório coloca, diante do pesquisador, obrigações, possibilidades e tensões muito particulares. As coisas e os lugares (INGOLD, 2012) estão prenhes de potenciais de ação, isto é, convocam os corpos a certas experiências que, sem eles, não se dariam do modo como se

dão. Segundo, é necessário especular sobre a existência de um momento de suspensão no qual a identidade dos sujeitos, dos objetos ou mesmo o tipo de ação e, conseqüentemente, o tipo ou a ordem de saber que ali opera obedeçam a algum grau de indeterminação.

Sugiro que esse grau de indeterminação está na fração de tempo, no instante de coatualização de saberes, de produção de habilidades, em que, aparentemente, inspirando-me no mito dessana narrado por Kissibi Kumo, “o tempo não importa”, isto é, o tempo não é fatiado, contabilizado, cronometrado, apropriado e, por conseguinte, não é dimensão primeira que condiciona a experiência. Na análise em questão ou, dito de outro modo, na abstração que tento produzir, não há o primado do tempo sobre a experiência do saber. Há pressuposição recíproca.

O problema cosmopolítico requer a presença de algo de indeterminável. Requer que não se afirme a substância das coisas (o que é uma árvore, por exemplo), mas, simplesmente, que “faça pensar, que não demande outra verificação senão esta: a maneira por

¹³ Este conceito teve como inspiração as leituras de textos de Isabelle Stengers (2003; 2015), nos quais a autora propõe uma ecologia das práticas e o problema da coatualização problemática de práticas; Boaventura de Souza Santos (2012), que, a sua vez, aborda o problema político de uma ecologia de saberes; e Karin Knorr-Cettina

(1982), que cria o conceito de arena transepistêmica – a diferença é que, em seu conceito, a primazia é conferida à agência do cientista, que faz com que as coisas entrem no laboratório e, no presente caso, trago luz ao cientista, ele próprio, deslocando-se, entrando na mata, no agenciamento-mata.

meio da qual ela irá ‘desacelerar’ os modos de pensar criou a ocasião para uma sensibilidade um pouco diferente em relação aos problemas e as situações que nos mobilizam?” (STENGERS, 2007, p. 47, tradução minha). O que posso especular, neste momento, é que conjurar essa noção permite ao etnógrafo registrar as operações pragmáticas que capturam essa “redescoberta orientada”, isto é, a ação que, no instante presente em que é executada, “é conhecimento que eu mesmo construí” (INGOLD, 2010). Acrescenta-se: conhecimento em termos do agenciamento específico que cria algum sentido possível para a experiência. A diferença instaurada em termos de *estriamento do tecido vegetal interno* é atualizada em termos da *consistência da casca externa da árvore* e da zoadá que “nem se sabe”, isto é, nem sabe descrever, converter em informação exprimível, só ouvir e conhecer.

Cria-se um novo critério de diferenciação que se conjuga com aquele anteriormente engendrado: aí, há facção-casca-táctil-auditivo com trado-visão-lupa-estriamento vegetal. O que se torna ainda mais intrigante é que, com efeito, após o alerta de Ricardinho, Bá e Lu passaram a identificar, a olho nu, a diferença táctil: “é verdade, dá pra ver mesmo que cai um farelo mais fininho de uma e de outra a casca sai mais inteira”.

A essa experiência se chamará, *a posteriori*, de “método científico” ou “saber local”.

Para além das inúmeras possibilidades de interpretação e análise desse evento, o que me interessa afirmar neste texto é que, a partir daí, a pesquisa ganhou tempo. No entanto, com efeito, as engenheiras tiveram que permanecer na ESEC muito mais dias do que o esperado (quase uma semana a mais). Posso dizer, com o perdão da aliteração, que a pesquisa precisou suspender os efeitos do tempo para ganhar tempo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de ideias e sensações de “não entendimento”, o encontro com Kissibi Kumo imprime, neste texto, uma marca muito peculiar, de estranhamento: se nós, os brancos, “temos o tempo”, é no mínimo engraçado nos darmos conta de que sentimos, bradamos, a cada instante, que nunca temos tempo. Estamos sempre com a sensação de que temos muitas coisas para fazer e que não damos conta dos nossos afazeres, de que o ano passou rápido demais e de que, quando se percebe, “já é Natal!”. Estamos espremidos entre a vida pessoal e profissional, correndo contra os prazos para ir a campo, escrever, analisar, publicar, dormir, passear, fazer yoga, enfim, o que vier à cabeça do leitor. Essa sensação não me parece desconectada do modo como as pesquisas e práticas de conservação da biodiversidade se executam.

Parece-me que a ideia com a qual se encerra a seção anterior, a de “precisar suspender os efeitos do tempo para ganhar tempo”, não é uma redundância ou uma tautologia. Ela remete aos contornos do problema cosmopolítico, isto é, ao “cosmos”, àquilo que

[...] desacelera os outros, que resiste à maneira pela qual uma situação é apresentada, pela qual certas urgências mobilizam o

pensamento ou a ação. [...] O cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítico, designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, essas articulações das quais eles poderiam se tornar capazes (STENGERS, 2007, p. 47-49, tradução minha).

A eclosão das práticas de conservação da biodiversidade e seus efeitos, quais sejam, a centralidade institucional dessa questão, as redes de financiamento, o desenho de projetos, a expansão das localidades a serem pesquisadas e a terem exemplares de sua fauna e flora em museus, a delimitação dos espaços onde estão os maiores índices de conservação da biodiversidade, o controle dos usos e saberes locais que habitam esses espaços, etc., são oriundos de um diagnóstico científico. Tais efeitos estão ocorrendo cada vez mais rápido e advêm do problema denominado “crise de extinção”, que articula, a despeito daqueles que ele pode vir a concernir, um desejo positivo de manutenção da vida contra a morte, um desejo correlato de conservação intimamente ligado à sensação de que “corremos contra o tempo”.

Não se trata, de modo algum, de uma crítica ao diagnóstico ou mesmo de uma crítica que vise deslegitimar a

atividade científica e sua preocupação com a biodiversidade, da qual compartilho. Trata-se, pelo contrário, de uma “especulação pelo mundo”, ou seja, da tentativa de esboçar uma reflexão que “complique as posições”, que engendre uma abertura do campo de possíveis, que acrescente uma “dimensão suplementar” ao contexto estudado (STENGERS, 2002).

Trata-se de alertar que o engajamento entre ciência e lugar não é neutro. Ricardinho interessa porque ele conhece a ilha, porque ele é rápido, porque ele vai poupar tempo e, consequentemente, dinheiro. Sem falar na “economia” que a União Europeia fará quando estiver de posse dos dados genéticos das populações madeiráveis. Ainda que este não tenha sido o foco, não se pode esquecer que o discurso em torno à conservação pode tanto contestar como servir a interesses econômicos específicos. Sem falar, também, no desafio que a biologia da conservação nos impõe diante da “crise de extinção”: conhecer (inventariar, catalogar, etc.) o mais rápido possível toda essa diversidade que está para terminar. Mas, de outro lado, trata-se de sugerir a presença de uma temporalidade sensível, que emana do ato, *in situ*, de conhecer: Bá e Lu não conhecem ipês e têm que reaprender a enxergá-los por

meio das dicas que seu auxiliar de campo dá; Ricardinho não sabe que existem dois marupás e tem que aprender a distingui-los por meio de uma experiência tátil e sonora. Isso retarda, desacelera a pesquisa e pode abrir a atividade científica à possibilidade de outras alianças para além do rigor metodológico, na direção da construção de novos problemas. Mais: pode a levar-nos a suspeitar da pertinência do modo como seus problemas são formulados, concretizados e inscritos em contextos sociais específicos.

Do ponto de vista do conhecimento técnico e científico, o problema da “crise de extinção” se inscreve no registro da urgência, na necessidade de correr contra o tempo que nós, brancos, herdeiros da civilização ocidental (leia-se europeia) não temos. Fruto desse movimento de inscrição é que, “em nome da proteção da biodiversidade, os povos sejam, hoje, postos sob vigília, muitas vezes, empurrados a abandonar seus usos milenares em prol de regras anônimas válidas para todo mundo. Uma tal racionalidade não é, por assim dizer, incompatível com a lógica capitalista” (STENGERS, 2015, p. 135, tradução minha).

O que gostaria de levantar como suspeita aqui é, precisamente, desde o

momento em que nos é escancarado nosso suposto controle racional do tempo (e também do espaço), o estatuto do problema da “crise de extinção” da biodiversidade e o que ele pode se tornar. Os registros etnográficos que trouxe ao texto, em especial as conversas com Kissibi Kumo e as suas aproximações com a filosofia especulativa, é o que me convidam a fazê-lo.

Kissibi Kumo alerta para aquilo que as localidades específicas nas quais os *dessana* mantêm alguma relação (com as plantas, com as orações, com os inimigos) obrigam. Alerta, se me permito estender seu pensamento, para os eventos que certas localidades fazem eclodir.

No interior de uma grade de pesquisa, no interior da floresta, um dado novo é produzido no instante em que o “desconhecido”, o “indeterminável” se tornou manifesto – esse mesmo instante em que, estar ali, na mata, suspendeu os inúmeros veículos por meio dos quais a dimensão temporal de toda pesquisa científica se apresenta como dimensão primeira à experiência. Ali, nesse instante, novas habilidades também se fizeram possíveis aos agentes postos em contato. Mais: essas habilidades parecem

ter despertado alguma sensibilidade visual, tátil e auditiva para a qual, antes, não se dava atenção, e, com isso, conjecturou a existência de uma nova espécie de marupá.¹⁴

Não se trata, repito, de diminuir a preocupação (política, evidentemente) de que a biodiversidade está sob ameaça. Por certo, há que se ter em conta a necessidade de proteção de áreas submetidas ao uso industrial indiscriminado e sob pressão de atividades notoriamente devastadoras, como, por exemplo, os monocultivos de soja e eucalipto, a pecuária extensiva em larga escala, a mineração, etc.

Trata-se, simplesmente, de questionar a pertinência de seus efeitos: em que medida é preciso controle sobre o espaço? É preciso esquadrihar o território? Em que medida se deve vigiar os saberes que se apresentam nas localidades onde a biodiversidade importa? Não será possível outra articulação, outro modo de relação política com tais localidades e os conhecimentos ali existentes?

A intenção primeira deste artigo, como asseverei desde o começo da escrita, é tentar pontuar como o tempo se converte num problema tanto para

¹⁴ Se esta espécie já foi identificada e registrada, é informação que ainda não foi publicada pela pesquisa em questão.

nossas próprias investigações em ciências sociais como para as práticas de conservação da biodiversidade, na medida em que, muitas vezes, como Kisibi Kumo alerta, nós chegamos lá, conversamos e saímos porque, afinal, nós temos o tempo. Acrescentaria eu, agora, que o tempo que temos é aquele

que fatia e dirige nossas ações a uma desatenção da experiência sensitiva dos corpos em contato. Dito de outro modo, esses encontros, os eventos de pesquisa em meio a indígenas, biólogos, engenheiros e a própria mata parecem lançar ou convidar para que se suspeite das boas soluções.

5. REFERÊNCIAS

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille plateaux**. Capitalisme et schizophrénie II. Paris: Éditions Le Minuit, 1980.

DASTON, L.; GALISON, P. **Objectivity**. New York: Zone Books, 2010.

KNORR-CETINA, K. Scientific communities or transepistemic arenas of research? A critique os Quasi-Economic models of science. **Social Studies of Science**. London, v. 12, p. 101-130, 1982.

INGOLD, T. Da transmissão das representações à educação da atenção. **Educação**. Porto Alegre, v.33, n.1, jan/abr, pp. 6-25, 2010.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, vol. 18, n.37, p. 25-44, jan/jul, 2012.

LATOUR, B. **Changer la société, refaire de la sociologie**. Paris: La Découverte, 2005.

SANTOS, B. S. **De las dualidades a las ecologias**. La Paz: Red Boliviana de

Mujeres Transformando la Economia (REMTE), 2012.

STENGERS, I. Un engagement pour le possible. **Cosmopolitiques** : la nature n'est plus ce qu'elle était, n. 1, jun, p. 27-36, 2002.

_____. **Cosmopolitiques**. Tomes I et II. Paris: Les empêcheurs de penser en ronde/Poche, 2003.

_____. La proposition cosmopolitique. In : LOLIVE, Jacques ; SOUBEYRAN, Olivier. **L'émergence des cosmopolitiques**. Paris : La Découverte, p. 45-68, 2007.

_____. **Une autre science est possible**: manifeste pour un ralentissement des sciences. Paris : Les empecheurs de penser en rond/La découverte, 2015.

STRATHERN, M. **Partial connections**. Savage, Maryland: Rowman and Lottlefield, 1991.

_____. **Property, Substance and Effect**: Anthropological Essays on Persons and Things. London: The Athlone Press. 1999

_____. Environments within: an ethnographic commentary on scale. In: FLINT, K.; MORPHY, H. **Culture, landscape, and the environment: the Linacre Lectures 1997**. Oxford: Oxford University Press, p. 44-71, 2000.

VARGAS, F. “**Você precisa estar na mata**”. Entre-saberes e modos de engajamento nas práticas de conservação da biodiversidade no norte-amazônico brasileiro. *Tese*. Doutorado em sociologia. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.